



MPCDF

Fl.  
Proc.: 9228/20

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 676/2021–G4P/ML

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 00600-00009228/2020-49-e

**EMENTA:** 1. REPRESENTAÇÃO. ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE MÍDIA EXTERIOR - OOH. SUPOSTA ILEGALIDADE NA PORTARIA SEMOB/DF Nº 163/2020. PEDIDO CAUTELAR. DESPACHO SINGULAR Nº 467/2020-GCPT. CONHECIMENTO DA EXORDIAL E DEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. DILIGÊNCIA. DECISÃO Nº 5.362/2020. REFERENDO AO DESPACHO SINGULAR Nº 467/2020-GCPT. CONCESSÃO DE PRAZO À JURISDICIONADA PARA A APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. DECISÃO Nº 2.460/2021. **PROCEDÊNCIA PARCIAL** DA REPRESENTAÇÃO. DETERMINAÇÃO À SEMOB/DF. **NESTA FASE: ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA.**

2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **CUMPRIMENTO** DO ITEM IV DA DECISÃO Nº 2.460/2021. **ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.**

3. **PARECER CONVERGENTE** DO MPC/DF.

1. Cuidam os autos de Representação, oferecida pela Associação Brasiliense de Mídia Exterior – OOH, em face da publicação da Portaria nº 163/2020 da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF (Peça nº 2).

2. Em suma, a Associação alegou que a mencionada Portaria, publicada no DODF de 17/11/2020, estaria *“inovando no ordenamento jurídico, ferindo a segurança jurídica, desrespeitando termos já pactuados e a autonomia da vontade privada, violando direitos adquiridos e atos já aperfeiçoados no mundo jurídico”* (Peça nº 2, fl. 3).

3. Na última assentada, o Plenário, acolhendo as sugestões encaminhadas pelo **Parquet** no Parecer nº 172/2021-G4P/ML (Peça nº 40), considerou **parcialmente procedente** a Representação formulada, ante a **impossibilidade** de a Administração impor novas obrigações em contratos já firmados e vigentes, em respeito aos princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança, bem como a **vedação à retroatividade mínima**, aplicando-se as normas em vigor no momento da celebração dos ajustes. Ainda, **fixou** o entendimento de que a Portaria nº 163/20-SEMOB/DF se aplicaria apenas aos contratos de publicidade celebrados durante a sua vigência.

4. Abaixo, os termos da Decisão nº 2.460/2021 (Peça nº 58):

*“I – tomar conhecimento do Ofício nº 362/2021 - SEMOB/GAB (eDOC 8737B662-c) e anexos, encaminhados pela SEMOB/DF em atenção ao inciso III da Decisão nº*



MPCDF

Fl.  
Proc.: 9228/20

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

5.362/20; II – considerar, no mérito, parcialmente procedente a representação, ante a impossibilidade de a Administração impor novas obrigações em contratos já firmados e vigentes, em respeito aos princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança, bem como à vedação à retroatividade mínima, aplicando-se lhes as normas em vigor no momento da celebração dos ajustes; III – fixar o entendimento de que a Portaria nº 163/20- SEMOB/DF se aplica apenas aos contratos de publicidade celebrados durante a sua vigência; IV – determinar à SEMOB/DF que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente esclarecimentos quanto à ausência de valores no Anexo II da Portaria nº 163/2020 – SEMOB/DF, bem como quais medidas serão adotadas para regularizar a situação; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SEMOB/DF e à representante; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SESPE, para adoção das medidas cabíveis.” (Grifos acrescidos)

5. Buscando dar cumprimento ao item IV da deliberação plenária, a jurisdicionada encaminhou o Ofício Nº 1994/2021 - SEMOB/GAB, acompanhado de anexos (Peças nº 70/72).

6. Nesta fase processual, a Unidade Técnica, por meio da Informação nº 89/2021-DIGEM3 (Peça nº 75), asseverou que a SEMOB/DF revogou a Portaria nº 163/2020 e publicou as Portarias nº 83/2021, de 19/5/2021 (Peça nº 70, fls. 3/4), e nº 117/2021, de 9/8/2021 (Peça nº 71, fl. 20). Transcrevem-se a seguir os excertos de seu exame:

“9. A Secretaria, para corrigir a falha, optou por revogar a Portaria Semob no 163/2020 e publicar as Portarias Semob nºs 83/2021, no DODF de 19/05/2021 (fls. 3/4 da peça 70), e 117/2021, no DODF de 9/08/2021 (fl. 20 da Peça 71).

10. Especificamente, a Portaria Semob nº 117/2021 prevê uma taxa mensal mínima de R\$39,60 (trinta e nove reais e sessenta centavos) para divulgação de peças publicitárias nos ônibus do STPC/DF. Esse valor foi fixado a partir de pesquisa de valores cobrados em outras capitais brasileiras (Salvador, Recife, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo) (Despacho - SEMOB/SUAG/CECON/GECOM – fls. 5/6 da Peça 70). A referida pesquisa foi realizada pela Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, conforme determina o art. 10, § 1º, da Portaria Semob nº 83/2021.

11. Não se vislumbrando nenhuma ilegalidade ou falha técnica nas Portarias Semob nºs 83/2021 e 117/2021, resta considerar atendida a diligência constante do item IV da Decisão nº 2.460/2021 com o respectivo arquivamento dos autos.

**IV - CONCLUSÃO**

12. O Tribunal pode: (a) tomar conhecimento da documentação encaminhada pela Semob, (b) considerar atendida a diligência constante do item IV da Decisão nº 2.460/2021 e (c) autorizar o arquivamento dos autos.”

7. Ao final, sugeriu ao Plenário:

“I. tomar conhecimento:

a) desta Informação;

b) do Ofício nº 1994/2021 - SEMOB/GAB, de 10/08/2021, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF e documentos anexos (peças 70 a 72);



MPCDF

Fl.  
Proc.: 9228/20

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*II. considerar, em relação à Decisão nº 2.460/2021, cumprida a diligência constante do item IV;*

*III. autorizar:*

- a) o envio de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF e à Representante;*
- b) a restituição dos autos à Segem, para fins de arquivamento.”*

8. Anterior ao envio dos autos ao Ministério Público de Contas, os termos do exame foram acolhidos integralmente pelo Diretor e Secretário de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, conforme Peças nº 75 e nº 76.

9. Ato contínuo, em cumprimento ao Despacho Singular nº 309/2021-GCPM (Peça nº 77), os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para manifestação.

10. É o que basta relatar. Passo a opinar.

11. **Ab initio**, informa-se que a atual etapa processual se presta ao cumprimento pela SEMOB/DF da diligência constante do item IV da Decisão nº 2.460/2021 (Peça nº 58).

12. Com efeito, insta destacar que o MPC/DF possui entendimento **convergente** com o oferecido pelo Corpo Instrutivo consignado na Informação nº 89/2021-DIGEM3, pelas razões que serão expostas a seguir.

13. **In casu**, a SEMOB/DF, dentro da sua competência de **normatizar** e **regular** os contratos de veiculação e exploração de publicidade nas áreas externas e internas dos veículos que integram o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, havia editado a Portaria nº 163/2020 que, dentre outros dispositivos, estabeleceu **valores mínimos** de referência para cada tipo de contrato de publicidade firmado entre a concessionária/permissionária e o particular.

14. Na última oportunidade em que se manifestou nos autos (Parecer nº 172/2021-G4P/ML - Peça nº 40), o MPC/DF asseverou que, por se tratarem de contratos privados associados a contratos administrativos, que veiculam a prestação de serviços públicos, **tais ajustes devem ser regidos, ainda que parcialmente, por normas regulatórias que assegurem o dever do Estado de prestar um serviço público adequado**, considerado pela Lei nº 8.987/1995. Eis a conclusão a que chegou o **Parquet no citado Opinitivo**:

**“Conclusões**

*92. Da análise acima empreendida, cotejando-se os termos da Representação e os esclarecimentos apresentados pela jurisdicionada, tem-se que a exordial pode ser considerada **procedente apenas** quanto ao ponto relacionado à afronta à segurança jurídica e à proteção à confiança, uma vez que a Portaria intentou alterar, em desrespeito ao postulado da irretroatividade, os termos e condições fixados em contratos já firmados e vigentes.*



MPCDF

Fl.  
Proc.: 9228/20

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*93. Lado outro, entende o MP de Contas que a Representação deve ser considerada **improcedente** no que toca à impossibilidade de a Portaria fixar os **preços mínimos** dos espaços publicitários a serem praticados entre a concessionária e o particular contratado, uma vez que há interesse público subjacente, **ainda que os contratos sejam regidos pelo direito privado**. Isso porque a própria Lei nº 8.987/1995 estabelece que, no atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o Poder Concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de **receitas alternativas e acessórias**, a fim de favorecer a **modicidade das tarifas**. In casu, o edital da licitação foi explícito em prever a possibilidade de a **concessionária** explorar publicidade na parte exterior e interior dos veículos.”*

15. Ademais, foi identificada a ausência dos valores mínimos constantes do Anexo II da citada Portaria, fato que motivou o diligenciamento à SEMOB/DF para regularizar tal situação.

16. No atual giro, verifica-se que a SEMOB/DF, com a edição da Portaria nº 117/2021, estabeleceu uma taxa mensal mínima de **R\$ 39,60** para divulgação de peças publicitárias nos ônibus do STPC/DF. Consoante o informado pela jurisdicionada, o valor fixado foi apurado a partir de pesquisa de valores aplicados em outras capitais brasileiras, conforme determinado no art. 10, § 1º, da Portaria nº 83/2021<sup>1</sup>.

17. Aos olhos do **Parquet**, tal medida visa dar cumprimento à deliberação plenária, como também **corrigir distorções verificadas na arrecadação dessa receita acessória e contribuir para a modicidade tarifária** do STPC/DF, **em favor do interesse público**. Dessa forma, evita-se o subdimensionamento dos preços aplicados por parte dos operadores, assegurando-se que o percentual destinado ao DF esteja de acordo com a realidade do mercado.

18. Ante o exposto, o MPC/DF **acolhe** as sugestões alvitadas pela Unidade Técnica na Informação nº 89/2021-DIGEM3 (Peça nº 75), e pugna para que o Plenário considere **cumprida** a diligência constante do item IV da Decisão nº 2.460/2021.

É o Parecer.

Brasília, 27 de setembro de 2021.

  
**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral

<sup>1</sup> “Art. 10. As peças de publicidade e mídias serão contratadas entre o operador ou empresa de publicidade e terceiros. § 1º Os valores serão livremente pactuados, não podendo, contudo, ser inferiores aos estabelecidos em tabela referencial de preços de espaços publicitários nos ônibus do STPC/DF, a ser definida após pesquisa de mercado que será realizada pela Subsecretaria de Administração Geral, valores estes que serão estabelecidos por publicação de ato normativo específico.”